

O EMPREGO EM 1989: UMA TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO EM FIM DE DÉCADA?

*Alejandro Kuajara Arandia**

1 — Apresentação

É comum, nas análises sobre o mercado de trabalho no Brasil, apresentarem-se informações e diagnósticos sobre o comportamento do emprego e do desemprego baseados, geralmente, em dados oficiais como os da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os dos Censos etc., realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, mesmo adotando critérios de amostragem altamente rigorosos, esses indicadores não refletem o real contingente de desempregados, nem o real nível do emprego no País. Tanto é assim que, ao se examinar a metodologia adotada para a construção de um dos mais utilizados indicadores de desemprego — a **taxa de desemprego aberto** —, se constata de imediato as suas limitações. O IBGE enquadra na situação de "desempregado" apenas as pessoas que, na semana de referência da pesquisa, estavam procurando trabalho. Situações peculiares e bastante comuns entre os trabalhadores brasileiros não são, dessa forma, captadas. Entre elas, pode-se citar o "trabalhador desalentado" (aquele que desistiu de procurar trabalho pela exigüidade das oportunidades que o mercado oferece), bem como aquele que, no curto período de referência — uma semana —, não procurou emprego. Além de excluir da taxa de desemprego situações como as referidas, a metodologia adotada inclui como ocupados, entre outros, aqueles trabalhadores por conta própria, que exercem atividade de forma intermitente, ou mesmo aqueles que não tenham auferido rendimento algum no mês de referência da pesquisa, os famosos trabalhadores sem remuneração. O resultado disso é uma subestimação considerável do desemprego na economia, pois, ao não refletir características importantes da força de trabalho brasileira, como os problemas do subemprego ou desemprego disfarçado, sua utilização como indicador da taxa de desemprego fica limitada.

Além dos problemas metodológicos apresentados pela **taxa de desemprego aberto**, por exemplo, existem ainda os oriundos de diferentes interpretações teóricas.

* Economista da FEE.

O autor agradece os comentários e sugestões das colegas Denise Gros e Miriam de Toni à versão preliminar deste texto. Eventuais falhas remanescentes são de sua inteira responsabilidade.

Os estudos e as análises sobre o emprego e o mercado de trabalho no Brasil sempre foram, e continuam sendo, vistos sob o prisma de duas linhas de interpretação teórica. Uma primeira alude à suposta "insuficiência dinâmica"¹ da economia brasileira, que teria sido incapaz de gerar o dinamismo necessário para resolver questões como a do desemprego estrutural e a da marginalidade de grande parcela da população, etc., devido à sua característica de capitalismo excludente. A outra interpretação afirma que a industrialização brasileira das últimas décadas tem apresentado um desempenho integrador ao nível do mercado de trabalho, alegando como defesa de sua tese a capacidade da indústria em absorver produtivamente uma grande parcela de mão-de-obra que afluiu em décadas passadas ao mercado de trabalho urbano, assim como o ritmo veloz de crescimento do assalariamento da força de trabalho ocorrido principalmente nas últimas três décadas. O que é significativo para essa segunda corrente de interpretação são algumas evidências concretas de integração do mercado de trabalho brasileiro, tais como: o crescimento do emprego nos setores de atividades ditos dinâmicos — indústria de transformação, o terciário "funcional", o setor público e as chamadas atividades sociais; a modernização das relações de trabalho na agricultura, auspiciando ou acenando, num futuro imediato, com a unificação do mercado de trabalho rural e urbano; a extensão e o crescimento que se exprimem nos níveis de regulação e de proteção do trabalho (carteira de trabalho assinada, sindicalização e previdência social).

Para os críticos, a primeira corrente apresentada tem escasso poder explicativo, por afirmar que o capitalismo no Brasil não foi capaz de exercer um papel integrador como o fez nos países avançados. Percebe-se, entre os defensores da primeira corrente, um considerável menosprezo pelos efeitos positivos do crescimento econômico das últimas décadas sobre o mercado de trabalho. Os problemas do emprego são vistos por eles sob o ângulo de uma suposta dualidade permanente, ao afirmarem que o propalado crescimento econômico se deu, por um lado, com desigualdades regionais, com disponibilidade ilimitada de mão-de-obra — em decorrência da expulsão da mão-de-obra das propriedades rurais —, com aumento da favelização e da pobreza urbana, com sucessivas políticas de contenção salarial, etc., e, por outro, que esses problemas são produtos da "industrialização à brasileira" e, portanto, funcionais ao moderno capitalismo. Assim, verifica-se que a análise do mercado de trabalho no Brasil apresenta dois ní-

¹ Vilmar Faria destaca que uma influente corrente de analistas tem argumentado que a ocorrência dessa insuficiência dinâmica, em condições de pressão demográfica nas áreas urbanas, acarretaria um crescimento hipertrofiado do setor serviços, particularmente os com baixa densidade de capital, instabilidade ocupacional e baixos salários (Faria, 1986).

veis de problemas. Um de natureza estatística e outro de caráter teórico-metodológico. A solução do primeiro depende do aprimoramento e da modernização da coleta de informações sobre o mercado de trabalho, principalmente sobre o emprego disfarçado e as invisibilidades; e a do segundo, de um grande debate teórico a nível da comunidade científica que já vem acontecendo em alguma medida, mas cujo desenvolvimento escapa aos objetivos deste trabalho.

A análise que se desenvolverá a seguir parte do pressuposto de que um dos aspectos mais significativos do mercado de trabalho nas últimas décadas é o expressivo crescimento do emprego nos setores ditos modernos — indústria de transformação, terciário funcional, setor público e as chamadas atividades sociais. Entende-se por modernos os setores tecnológica e administrativamente avançados, que produzem de forma competitiva bens comercializáveis internacionalmente e, quando produzem bens para o mercado interno, ainda assim o fazem segundo padrões internacionais. Entretanto, ainda que seja comum nas análises sobre o mercado de trabalho apresentar o setor moderno em contraposição aos setores tradicionais acredita-se que essa não é a forma correta de abordagem, uma vez que a economia brasileira se constitui em uma totalidade econômica regida pela lógica do capital. Para Bresser Pereira (Pereira, 1989, p.128),

"(...) no Brasil os setores atrasados tecnologicamente são principalmente aqueles que só sobrevivem graças à proteção e/ou aos favores do Estado cartorial. E marginais são os setores constituídos por trabalhadores que nunca se beneficiaram dos períodos de crescimento industrial brasileiro. Estes trabalhadores marginais são compostos, principalmente, por trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos que não têm condições culturais para se integrar no setor moderno — que, aliás, não têm capacidade de absorver toda a oferta de trabalho do País, residindo exatamente nesse ponto o caráter subdesenvolvido da nossa economia".

A partir dessa caracterização, passa-se, então, à elaboração de um panorama abrangente do comportamento do emprego e do desemprego no Brasil em geral e da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)² em particular, no ano de 1989.

² Serão utilizadas apenas informações para a Região Metropolitana de Porto Alegre, devido à ausência de dados para o Estado do Rio Grande do Sul como um todo. O último ano para o total do Estado é do PNAD de 1987.

2 — Comportamento e características do emprego e do desemprego no Brasil

No Brasil, o ano de 1989 inicia com uma taxa de desemprego aberto³ declinante quando comparada com os mesmos meses do ano anterior e assim se mantém até agosto — último dado disponível conforme a PME. Em especial a partir de maio do mesmo ano, verificam-se níveis de desocupação somente ocorridos durante o ano do Plano Cruzado, quando foram os mais baixos da década. Em agosto de 1986, para dar um exemplo, o número estimado de pessoas desocupadas pela PME foi de 547.000, enquanto em agosto de 1989 foi de 553.000. Da mesma forma, a taxa de desemprego aberto cai em todos os meses em relação ao mesmo período do ano anterior, passando, por exemplo, de 4,16% em agosto de 1988 para 3,22% em agosto de 1989. De acordo com a PME o movimento da taxa foi resultante da queda do número estimado de pessoas desocupadas que, em agosto de 1988, foi de 701.415, reduzindo-se para 552.708 no mesmo mês deste ano.

No que diz respeito ao comportamento da **taxa de desemprego aberto** por setor de atividade, também se identifica uma queda em todos os setores. Em termos percentuais, o declínio mais acentuado ocorreu na construção civil (27%). A indústria de transformação e o setor serviços também apresentaram queda de 23% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, tomando-se o mês de agosto.

Passando-se para a análise do nível de ocupação, observa-se a mesma tendência, cresce o número estimado de pessoas ocupadas. Todos os setores de atividades aumentaram seu nível de ocupação. A indústria ocupou mais 143.000 pessoas; os serviços, 170.000 pessoas; o comércio, 103.000 pessoas; e a construção civil, 26.000 pessoas em agosto de 1989 relativamente ao mesmo mês de 1988.

Considerando a posição dos trabalhadores na ocupação, houve um acréscimo de 371.000 empregados com carteira, 115.000 pessoas trabalhando por conta própria e 26.000 empregadores. O número de pessoas empregadas sem carteira assinada reduziu-se em 46.000 aproximadamente.

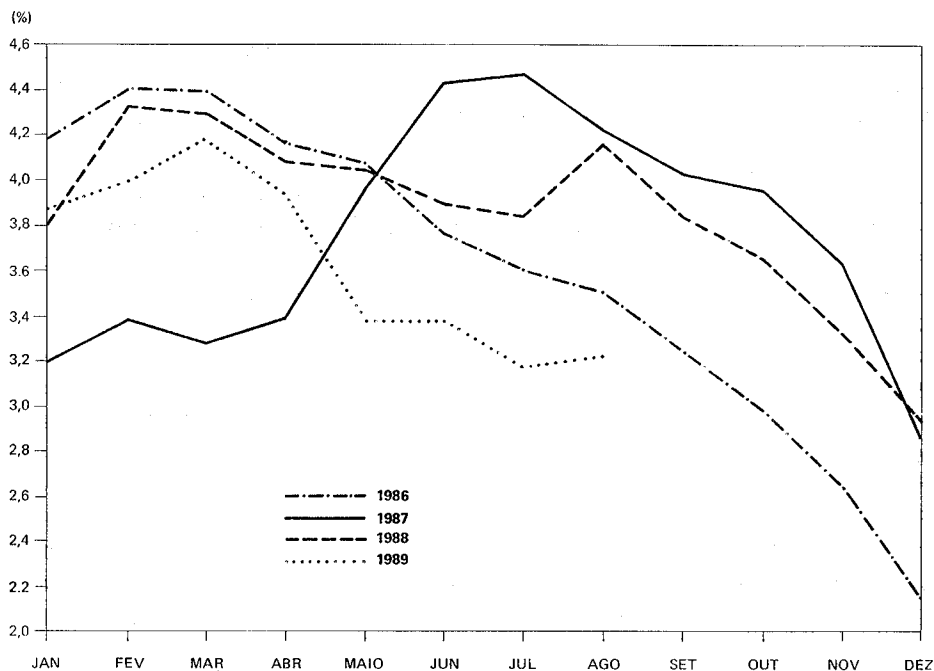
Todas as informações apresentadas tanto a nível das pessoas ocupadas como da **taxa de desemprego aberto** sugerem um quadro positivo de recuperação econômica. De fato, o incremento do nível de emprego no Brasil parece ter ocorrido em função de uma gradual articulação econômica entre determinados subsetores da economia, como a construção civil, os ser-

³ A PME do IBGE considera taxa de desemprego aberto a relação percentual entre as pessoas que procuram trabalho e a População Economicamente Ativa (PEA) das regiões pesquisadas.

viços e a indústria de transformação. Comprovando essa impressão, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) apurou, em agosto, o maior aumento do nível de emprego da indústria paulista desde dezembro de 1980. O setor industrial paulista criou 38.564 novos empregos no mês de agosto, o que significou um crescimento de 1,5% em relação a julho. Até agosto deste ano, o recorde da pesquisa de nível de emprego da FIESP era de julho de 1986, no auge do Plano Cruzado, quando foram contratados 28.450 trabalhadores, uma alta de 1,41% sobre o mês anterior.

GRÁFICO 1

TAXAS MÉDIAS DE DESEMPREGO NO BRASIL – 1986/89



FONTE: INDICADORES IBGE (1989). Rio de Janeiro, v.8, n.8, ago. (Cópia xerox).

Para o Presidente da FIESP, Mario Amato,

"(...) esse resultado, somado ao bom desempenho de outros indicadores econômicos, como o crescimento da produção industrial e o aumento do investimento produtivo, mostram que o país "não vai tão mal assim". Amato acredita que essa retomada de crescimento é duradoura" (FSP, 12.9.89, p.12).

Dados divulgados pelo IBGE, em setembro, mostram que a produção industrial brasileira atingiu em julho deste ano o segundo maior nível de produção da década, superando em 32% a média de 1981.

O patamar de julho de 1989 somente foi superado em um ponto percentual pelo índice de fevereiro de 1987, auge da influência do Plano Cruzado sobre a produção industrial. Entretanto os técnicos do IBGE advertem que avanços significativos como os de julho (7,2% sobre julho do ano passado e 3,1% sobre o mês anterior) não devem se repetir nos meses seguintes. Tanto é assim que, na última semana de setembro, os indicadores da FIESP/CIESP registraram o primeiro sinal de que o quadro que vem apresentando evolução no nível de emprego desde o mês de março deste ano pode sofrer uma reversão. As contratações em São Paulo caíram 0,02% na quarta semana do mês. Para o Diretor do Departamento de Documentação Estatística da FIESP, os fatores que colaboram para essa reversão são vários. O primeiro é a elevação das taxas de juros, que provoca inibição do consumo. O segundo são as eleições, já que muitos empresários estão deixando para fazer suas encomendas somente após o pleito eleitoral. O terceiro fator apontado pelo referido Diretor é a intranquilidade gerada por acordos que poderão ser realizados por alguns empresários, como os produtores de artigos de higiene e limpeza, com o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para reajustar seus preços de acordo com 90% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). "Esses acordos, se firmados com os demais setores, podem refletir-se no emprego à medida que as encomendas se reduzirão sensivelmente", analisou o Diretor.

De todo modo, foi registrada na economia brasileira, no decorrer do período investigado, uma forte reação com dinamismo dos negócios, demanda aquecida resultante do crescimento da massa salarial e do aumento do nível de emprego na indústria, etc. Nada indica, porém, que esse crescimento possa ser sustentado por muito tempo, haja vista a alta utilização da capacidade instalada em julho (83%), de acordo com a sondagem conjuntural da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e o baixo nível de investimentos que se verifica na economia brasileira. A euforia e o otimismo originados pelo dinamismo dos negócios acenando como uma conjuntura favorável, com queda do desemprego e criação de novas vagas, parecem apenas assinalar que, após uma década perdida de recessão econômica, é possível alcançar níveis recordes de produção, desde que haja um surto mais intenso de expansão.

3 — Comportamento e características do emprego e do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre

No que se refere aos agregados emprego e desemprego, a RMPA apresenta-se com o distintivo de ser o mercado em posição mais confortável no cenário nacional. Desde abril, a **taxa de desemprego aberto** da Grande Porto Alegre, medida pelo IBGE, não ultrapassa os 3%. E, a partir de junho, manteve-se sempre como a menor entre as capitais pesquisadas.⁴ Mesmo diante de uma estrutura produtiva e ocupacional heterogênea como a brasileira e mesmo considerando-se as restrições aos conceitos de **desemprego e de emprego**⁵ utilizados pelo IBGE, é forçoso reconhecer: a taxa da RMPA é pequena, se comparada às de mais de 6% verificadas em outras regiões brasileiras, e mostra-se irrisória quando comparada com índices de alguns países ricos da Comunidade Econômica Européia.

O desempenho satisfatório da produção industrial a partir do segundo semestre de 1989 e as características da economia gaúcha podem ter sido responsáveis pela menor taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre. O quadro positivo de recuperação econômica que se verifica na economia brasileira em geral parece refletir-se na economia gaúcha de forma particular. Da mesma maneira que a média nacional da **taxa de desemprego aberto**, o ano de 1989, na RMPA, inicia com uma taxa declinante. Em agosto, a taxa continua caindo em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de 3,76% em agosto de 1988 para 2,13% em 1989. Trata-se da queda mais acentuada do ano. Em termos percentuais, o declínio foi de 43,35%.

Dados levantados por outras entidades também reforçam as conclusões do IBGE. Tanto é assim que, ao acompanhar a evolução do emprego formal urbano, seja mediante as informações do Ministério do Trabalho, seja através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Lei nº 4.923/65, se observa sempre um quadro positivo de evolução do emprego.

⁴ A PME realizada pela Fundação IBGE levanta as taxas de desemprego aberto para seis regiões metropolitanas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

⁵ A metodologia empregada pelo IBGE acaba superestimando o nível de emprego global e subestimando a taxa de desemprego. Isto porque considera ocupado todo indivíduo que exerce qualquer tipo de trabalho remunerado, desde que acima de 15 horas, e deixa de considerar desempregado aquele indivíduo que, estando desocupado, não procurou emprego no período de referência — uma semana.

GRÁFICO 2

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 1986/89



FONTE: INDICADORES IBGE (1989). Rio de Janeiro, v.8, n.8, ago. (Cópia xerox).

A nível de setor de atividade, a estimativa da **taxa de desemprego** da RMPA continuou caindo em todos os setores. Em termos percentuais, o declínio mais acentuado ocorreu no setor serviços (48,85%). A indústria de transformação e o comércio apresentaram queda de 39,27% e de 40,17%, respectivamente, em relação ao mesmo mês do ano anterior, tomando-se o mês de agosto de 1989 como base.

A nível do comportamento da taxa de desemprego entre os diversos segmentos da população, a PME ainda apresenta estimativas das **taxas de desemprego aberto** entre os chefes de família, entre os que buscam trabalho pela primeira vez e entre as pessoas que já trabalharam. Em todos os ca-

sos, houve quedas significativas: de 30,29% para 24,66%; de 0,34% para 0,16%; e de 3,42% para 1,96%, respectivamente, em relação ao período de referência (ago./88-ago./89).

Quanto à evolução da ocupação na RMPA, todos os setores aumentaram seu nível de emprego. A indústria ocupou mais 18.611 pessoas; o setor serviços, 14.848 pessoas; a construção civil, 7.210 pessoas; e o comércio, 3.440 pessoas. Houve, também, um aumento, em agosto de 1989, da estimativa do número de empregados com carteira assinada de 41.062 pessoas ou 5,54% em relação a agosto de 1988.

Todos esses dados desmentem, na prática, as previsões e os discursos alarmistas de empresários, de economistas e dos próprios órgãos de comunicação que prevêem o caos econômico ao acreditarem na imediata disparada das taxas de inflação, na hiperinflação, na perda de reservas, no descontrole das contas da União e na conseqüente desagregação da economia. No auge do pessimismo econômico, a economia brasileira volta a reagir, com forte aceleração dos negócios na indústria, queda do desemprego e criação de novas vagas. Mais uma vez, a economia brasileira, e a gaúcha em particular, desmente, na prática, as previsões fatalistas de curto prazo. Evidentemente, aqui não se está considerando a hipótese ingênua de a economia ter ingressado em uma trajetória de crescimento duradouro. Esse, sim, depende de condicionantes mais consistentes, como a retomada dos investimentos produtivos de médio e longo prazos, do equacionamento da dívida externa, do controle inflacionário e da crise fiscal.

É preciso salientar, no entanto, que as informações disponíveis sobre o comportamento do emprego e do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre apresentam, como destaques, a mais baixa **taxa de desemprego aberto** do País e um nível de emprego em crescimento. Como não existem trabalhos mais recentes sobre as características estruturais do mercado de trabalho gaúcho, apontam-se algumas hipóteses sobre a "inusitada" "performance" da **taxa de desemprego aberto**.

4 — Algumas hipóteses para a baixa taxa de desemprego no Rio Grande do Sul

Em primeiro lugar, devem-se mencionar os problemas metodológicos dos indicadores oficiais (IBGE), pois, ao não refletirem características importantes da força de trabalho brasileira, como os problemas do subemprego ou emprego disfarçado, contribuem para o mascaramento do desemprego. Além disso, ao considerarem como desempregados apenas as pessoas que na semana de referência da pesquisa estavam procurando trabalho, também contribuem para a subestimação da taxa.

Uma outra hipótese está relacionada com a inserção da economia gaúcha à economia nacional. O Rio Grande do Sul caracteriza-se por ser uma economia nacional regionalmente localizada. Isso significa que ela se encontra integrada ao núcleo de acumulação nacional, localizado principalmente em São Paulo. Por outro lado, possui pólos industriais bem estruturados em indústrias como a calçadista, a de metal-mecânico, do mobiliário, vinícola, petroquímica e de informática, além de um forte setor cooperativo na área agrícola. Por essa razão, não surpreende que o aquecimento industrial que se verifica na economia nacional desencadeie — mesmo que com uma certa defasagem na região — um surto de recuperação dos negócios e aumentos do número de vagas no Estado gaúcho. Tanto é assim que os números do Sistema Nacional de Emprego (SINE), do Ministério do Trabalho, apontam que, de janeiro a novembro, as vagas oferecidas pelo órgão cresceram 20,29% em Porto Alegre e 5,9% na Região Metropolitana, em comparação com o mesmo período do ano passado. Já o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresas (CEAG/IDERGS) mostra um incremento de 2,75% na oferta de emprego industrial no Estado, até novembro.

Uma terceira hipótese que merece ser comentada é a característica do porte das empresas gaúchas. Existem poucas empresas de grande porte — embora sejam as dominantes — e uma infinidade de micro, pequenas e médias empresas. Estas últimas são grandes observadoras de força de trabalho e, historicamente, tiveram um papel de amortecedores do **desemprego aberto**. A pesquisa realizada mensalmente pelo CEAG assinala que, na área industrial, que tem dado a maior contribuição para manter os níveis de emprego em parâmetros suportáveis no Estado são as pequenas e médias empresas. Em novembro, por exemplo, as micro e pequenas empresas tiveram um incremento na oferta de emprego de 0,03%; as médias, de 0,58%; e as grandes, uma queda de 0,35%.

Finalmente, o "efeito Constituinte" pode ser arrolado como um dos fatores responsáveis pelo crescimento do nível de emprego e pela conseqüente queda da taxa de desemprego. Esse efeito refere-se, aqui, a determinadas cláusulas relativas às melhorias das condições de trabalho que passaram a fazer parte da Constituição de 1988 e que redundaram em aumentos na contratação de mão-de-obra. Entre elas, devem-se citar a diminuição da jornada de trabalho, o aumento do valor pago pelas horas extras de trabalho e a mudança, para alguns setores da economia, de turnos de oito horas para de seis horas. Embora não se possa quantificar o impacto desse "efeito" no aumento dos contratos de trabalhadores, certamente ele não é desprezível, combinado com o razoável desempenho do setor produtivo, resultou em índices mais elevados de ocupação no decorrer do presente exercício.

Resta ainda salientar, a título de conclusão, que, diante dos resultados positivos apresentados para o Rio Grande do Sul, se corre o ris-

co de passar uma mensagem de otimismo de final de ano. A conjuntura favorável que se observa na economia não é, de nenhuma maneira, duradoura. Nada indica que o quadro de recessão da década de 80 tenha sido revertido. No geral, o perfil da força de trabalho no Brasil não foi alterado em seus contornos básicos. O trabalhador brasileiro — de acordo com dados da PNAD do IBGE — tem, em sua maioria, baixo grau de instrução e é mal remunerado. A maior parcela da população trabalha entre 40 e 48 horas semanais, menos de 40% da população ocupada tem carteira assinada, e a incidência de menores é grande na População Economicamente Ativa — perto de 10% de um total de 61 milhões de pessoas. Tais características não deixam dúvidas quanto aos poucos avanços sociais na década.

Tabela 1

Taxas médias de desemprego no Brasil — 1986/89

	(%)			
MESES	1986	1987	1988	1989
Jan.	4,18	3,19	3,80	3,87
Fev.	4,40	3,38	4,33	3,99
Mar.	4,39	3,28	4,30	4,18
Abr.	4,17	3,39	4,08	3,94
Maio	4,08	3,97	4,04	3,37
Jun.	3,76	4,43	3,90	3,37
Jul.	3,60	4,47	3,84	3,17
Ago.	3,50	4,22	4,16	3,22
Set.	3,23	4,03	3,84	-
Out.	2,98	3,96	3,65	-
Nov.	2,64	3,63	3,32	-
Dez.	2,16	2,86	2,92	-

FONTE: INDICADORES IBGE (1989). Rio de Janeiro, v.8, n.8, ago. (Cópia xerox).

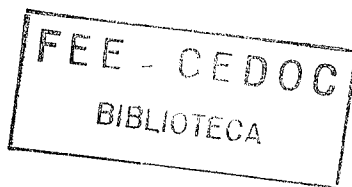


Tabela 2

Taxas de desemprego aberto na Região Metropolitana
de Porto Alegre — 1986/89

(%)				
MESES	1986	1987	1988	1989
Jan.	3,89	3,15	3,43	3,00
Fev.	4,82	3,60	4,21	3,45
Mar.	5,28	4,04	4,30	3,39
Abr.	5,01	3,86	3,91	2,99
Maio	4,40	3,59	3,66	2,76
Jun.	4,21	4,28	4,05	2,57
Jul.	3,98	5,02	3,60	2,58
Ago.	3,51	4,73	3,76	2,13
Set.	3,61	4,46	3,57	-
Out.	2,83	3,95	3,33	-
Nov.	2,54	3,35	2,93	-
Dez.	2,34	2,98	2,79	-

FONTE: INDICADORES IBGE (1989). Rio de Janeiro, v.8, n.8, ago. (Cópia xerox).

Bibliografia

FARIA, Vilmar (1986). Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S., org. **A transição incompleta: Brasil desde 1945.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. v.1.

FOLHA DE SÃO PAULO (12.9.89). São Paulo. p.12.

GAZETA MERCANTIL (2.9.89). São Paulo. p.5.

— (11.10.89). São Paulo. p.5.

GAZETA MERCANTIL (24.11.89). São Paulo. p.10.

KUHN, Miriam Jardim (1989). O comportamento do emprego. **Indicadores Econômicos FEE**: desempenho da economia do RS 1988, Porto Alegre, 16(4): 43-51.

MALTA, Clóvis (1989). Desempregado, mas nem tanto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 dez. Caderno de Economia. p.5.

MERCADO DE TRABALHO: indicadores conjunturais (1989). Brasília, Ministério do trabalho.

PEREIRA, Luiz Bresser (1989). O critério da modernidade. **Isto É Senhor**, São Paulo, Três, (1056):128, dez.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1989). São Paulo, UNICAMP/SEADE/DIEESE. 2.trimestr.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial (1987). **O mercado de trabalho brasileiro**: estrutura e conjuntura. Rio de Janeiro. 266p.